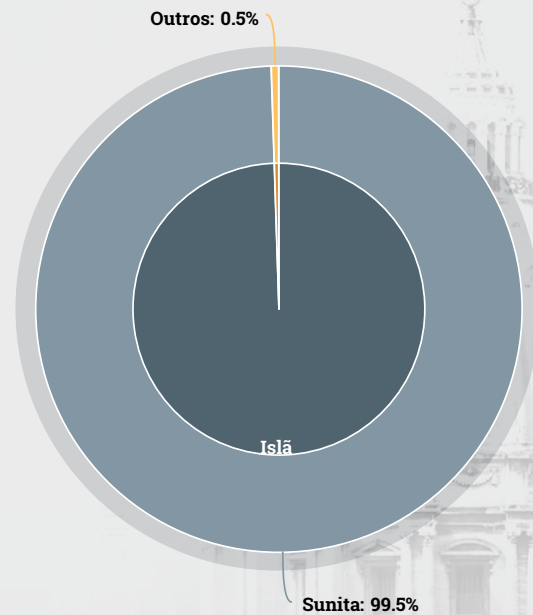


Mauritânia



O vasto mas muito escassamente povoado estado da Mauritânia na África Ocidental proclamou-se como República Islâmica desde a independência em 1960. É uma de apenas duas repúblicas islâmicas na África, juntamente com a Gâmbia, que se declararam como “República Islâmica” em 2015. E, uma vez que a Mauritânia é literalmente 100% muçulmana, este fato tem um profundo impacto na realidade da vida neste país que fica na zona de transição entre o Saara a norte e o Sahel no sul do país.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

O Islã é a religião do Estado e apenas os muçulmanos podem ter a nacionalidade. Quem quer que se converta do Islamismo a outra religião perde assim a nacionalidade mauritana.^[1] Significativamente, a Constituição de 2006 não contém qualquer disposição relativa à liberdade religiosa. E estipula no artigo 23º que o presidente deve ser um muçulmano.^[2]

Para o número reduzido de pessoas de outras religiões, não há literalmente qualquer possibilidade de praticarem a sua

fé, pelo menos em público. A lei da sharia islâmica aplica-se em toda a Mauritânia nas questões sociais, nomeadamente no direito de família. Aplicam-se castigos duros em algumas áreas, incluindo a flagelação e, em caso de apostasia, aplica-se mesmo a pena capital, embora a pena de morte nunca tenha sido levada a cabo (pelo menos até ao final de 2014).^[3] Oficialmente, a população tradicionalmente nômade da Mauritânia é 100% muçulmana (quase exclusivamente sunitas).^[4] Estão maioritariamente organizados em irmandades sufis, como por exemplo a Qadiriya, a Tijaniya e a Hamawiya. A cidade de Chinguetti é um dos lugares sagrados do Islã. O mais alto órgão regulador de todas as questões religiosas é o *Haut Conseil Islamique* [Alto Conselho Islâmico].

INCIDENTES

Na Mauritânia prevalecem formas mais moderadas do Islamismo. Contudo, o fundamentalismo e o extremismo aumentaram.^[5] O Governo está tentando combater esta tendência através de várias organizações islâmicas e através de um programa de âmbito nacional de educação de imãs.^[6]

[1] Departamento de Estado Norte-Americano 2016: International Religious Freedom Report 2014.

[2] http://www.servat.unibe.ch/icl/mr00000_.html#A023_

[3] http://bautz.de/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=250&catid=84

[4] Departamento de Estado Norte-Americano 2016: International Religious Freedom Report 2014.

[5] Associação de Arquivos de Dados Religiosos (ARDA em inglês), citada no Arquivo Munzinger 2016.

[6] Departamento de Estado Norte-Americano 2016: International Religious Freedom Report 2014.

Em 24 de dezembro de 2014, pela primeira vez na Mauritânia, um muçulmano foi formalmente condenado à morte acusado de apostasia. Se de fato a religião foi a verdadeira razão para o julgamento é questionável. De acordo com a organização internacional de direitos humanos com sede na Alemanha *Gesellschaft für bedrohte Völker* (GfbV) [Sociedade Internacional para os Povos Ameaçados], um blogger de 29 anos, Mohamed Cheikh Ould Mohamed, foi acusado de criticar o Profeta Maomé e, ao mesmo tempo, de criticar a ordem social discriminatória existente no país.^[7] Ould Mohamed já tinha sido detido um ano antes, em 2 de janeiro de 2014, e tinha sido encarcerado subsequentemente. Apesar dos seus protestos de que o seu artigo tinha sido mal compreendido e que a sua intenção não era criticar o profeta muçulmano, mas apenas apontar as injustiças sociais no país, foi considerado culpado de apostasia e condenado à morte. Aparentemente, desmaiou quando foi pronunciada a sentença. De acordo com a Anistia Internacional, a pena de morte não era imposta na Mauritânia desde 1987.^[8] No entanto, segundo a GfbV, os presentes na sala do tribunal e no exterior ficaram exultantes com a pena de morte: “Os juízes podem ter a certeza que o tratamento duro é apoiado por muitos mauritanos. A casta dos ferreiros, que o réu tinha tentado defender, tem uma reputação bastante má, semelhante à dos descendentes dos escravos africanos. Os ferreiros são considerados como nascidos sem sorte e é praticamente impossível alcançarem qualquer progresso social, mesmo que consigam mudar de ocupação. Os membros deste grupo populacional não conseguem ser eleitos como membros do Parlamento ou como presidentes de câmara”, relatou a organização, acrescentando que, nos últimos anos, “tem havido uma iniciativa para trabalhar contra a marginalização da casta dos ferreiros através da organização de conferências de imprensa, de eventos e de campanhas de direitos humanos para chamar a atenção para a causa e exigir o fim da discriminação.”^[9]

De acordo com a organização *Open Doors*, a Mauritânia permanece como um dos países mais fechados do mundo. A *Open Doors* afirma que os muçulmanos salafitas – uma tendência ultraconservadora dentro do Islã – estão ganhando influência cada vez mais através dos seus esforços para impor normas morais rigorosas.^[10] Além disso, a influência da Al Qaeda do Maghreb (AQIM na sigla inglesa) está também constantemente crescendo, enquanto o apoio ao grupo entre os mauritanos autóctones está igualmente crescendo, procurando monitorar as atividades cristãs no país. Em particular, algumas regiões no norte e leste do país estão cada vez mais ficando sob influência de grupos islâmicos extremistas, a maior parte dos quais estão de alguma forma associados à Al-Qaeda.

[7] <https://www.gfbv.de/de/news/umstrittenes-todesurteil-mauretanien-duldet-keine-kritik-an-tabus-und-sozialer-benachteiligung-6660/>

[8] http://de.radiovaticana.va/news/2014/12/25/mauretanien_todesstrafe_wegen_glaubens-abfall/1116034

[9] <https://www.gfbv.de/de/news/umstrittenes-todesurteil-mauretanien-duldet-keine-kritik-an-tabus-und-sozialer-benachteiligung-6660/>

[10] <https://www.opendoors.de/verfolgung/laenderprofile/mauretanien/>

Há um grupo de uns milhares de cristãos no país, a maior parte dos quais são católicos. No entanto, eles são praticamente invisíveis, não apenas por causa das graves restrições, mas também por causa da oposição feroz inevitável de muçulmanos fundamentalistas e porque as entidades estatais oficiais, como por exemplo o Alto Conselho Islâmico da Mauritânia, levam muito a sério o seu papel de guardiães da onipresença islâmica.

Esta atitude também está enraizada na Constituição. O artigo 5º afirma: “O Islã é a religião do povo e do país.”^[11] E mesmo que estas palavras não digam tanto diretamente, os seus efeitos exercem uma influência profundamente restritiva, pois são geralmente interpretadas como significando que os não muçulmanos não são livres de exercer a sua religião.

Há dois tipos de cristãos na Mauritânia: cristãos estrangeiros e cristãos autóctones com antecedentes muçulmanos.^[12] Uma vez que tanto a cultura islâmica autóctone como a lei mauritana são decisivamente hostis para com a evangelização, a maioria dos cristãos no país são trabalhadores imigrantes ou visitantes estrangeiros. Os trabalhadores imigrantes estrangeiros são maioritariamente de países da África subsariana e enfrentam uma discriminação feroz. A Igreja Católica está representada apenas numa diocese, na capital Nouakchott, e também tem igrejas nas cidades de Atar, Zouérate, Nouadhibou e Rosso. O Bispo de Nouakchott é o missionário alemão Albert Happe, membro da congregação dos Padres Brancos, ou Missionários de África. No entanto, todas as formas de evangelização cristã são estritamente proibidas e constituem uma infração punível por lei.

Quanto aos cristãos de origem muçulmana, enfrentam pressão social extrema por parte de familiares, representantes tribais e líderes das mesquitas locais. Os cristãos estrangeiros têm um pouco mais de liberdade, mas mesmo assim ainda é extremamente complicado para eles viverem como cristãos na Mauritânia. Não há possibilidade dos Cristãos mauritanos registrarem as suas comunidades oficialmente. Por isso, são geralmente forçados a encontrar-se em segredo.

Nessas circunstâncias, as oportunidades da minoria cristã se desenvolver e se expressar são muito limitadas, mas não infrutíferas. A Igreja Católica na Mauritânia dedica-se acima de tudo ao trabalho social e caritativo. O Bispo Happe, que é conhecido pela sua atitude aberta e sem preconceitos para com o Islã, tem-se dedicado ao cuidado dos migrantes africanos, dando-lhes abrigo nas paróquias na Mauritânia e também enterrando os chamados “*boat people*” que se afogaram: candidatos a migrantes cujos corpos surgem muitas vezes nas costas da Mauritânia. O bispo relata que há alguns muçulmanos “com palas” que não disponibilizam um cumprimento amigável a um bispo católico e outros mauritanos “que deliberadamente afastam o olhar, ou que fazem comentários pouco amigáveis”. Contudo, após dezesete anos vivendo no país, a sua experiência constata que a maioria das pessoas respeitam a fé cristã.^[13]

[11] http://www.servat.unibe.ch/icl/mr00000_.html#A023_

[12] <https://www.opendoors.de/verfolgung/laenderprofile/mauretanien/>

[13] Carta no Natal de 2012 do Bispo Martin Happe, Nouakchott.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Este respeito pelo Cristianismo não levou, contudo, a maiores liberdades ou a mais direitos para os não muçulmanos. A divulgação da Bíblia e de todos os outros textos religiosos não islâmicos continua sendo proibida. A instrução religiosa islâmica é obrigatória em todas as escolas e a lei da sharia é o padrão em todos os assuntos familiares e pessoais.

Um grande problema social na Mauritânia é a assistência aos refugiados, nomeadamente da guerra civil no Mali, vítimas de violência islâmica na luta pelo poder no vizinho a leste da Mauritânia. Em 2015, no campo de refugiados de Mbera, na remota região a cerca de 50 km a norte da fronteira entre o Mali e a Mauritânia, havia quase 50 mil pessoas recebendo ajuda de emergência do ACNUR.^[14] E, dada a contínua insegurança no norte do Mali, há pouca esperança de que em breve eles possam regressar às suas casas. Outro mal social generalizado é a continuação do nível elevado de escravatura na Mauritânia. Podem ser apelidados de “criados” ou “empregados domésticos”, mas de fato estas pessoas são escravas. Embora em teoria a lei tenha proibido a escravatura desde 1981, a manutenção de escravos faz parte inquestionável da vida diária no país. Uma lei de 2007 torna a manutenção de escravos punível até dez anos de prisão e a Constituição descreve a escravatura como “um crime contra a humanidade”. Além disso, o Governo declarou a sua intenção de combater a escravatura ainda mais fortemente no futuro. Contudo, na realidade, todas estas declarações de intenção tiveram muito pouco efeito.^[15]

Durante o período deste relatório, não houve alterações importantes a nível institucional em relação à liberdade religiosa. Mas a ameaça do fundamentalismo islâmico e de tendências islamitas mantém-se muito forte. O Bispo Happe está seriamente preocupado com o aumento das tendências wahhabi: um movimento islamita da Arábia Saudita. Afirmou: “A Mauritânia já é uma República Islâmica, mas os wahhabis querem mais. Querem que os seus próprios ensinamentos se tornem a religião do Estado. São fundamentalistas islâmicos, próximos da Al-Qaeda, e até os talibãs representam uma ideologia semelhante à dos *wahhabis* na Mauritânia.”^[16]

[14] ACNUR 2016: 2015 ACNUR perfil de operações de país – Mauritânia

[15] http://de.radiovaticana.va/storico/2014/01/19/mauretaniensklaverei_ist_%E2%80%99Eso-ziales_probleme/ted-765306

[16] *Ibidem*.